

Energia nova: EPE não vê razões para alterar minuta de contrato
Agentes querem reduzir penalidades previstas no documento em caso de atraso na implantação dos projetos

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

30/09/2005

Para o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim, não há razão para mudanças na minuta dos contratos relativos às novas hidrelétricas que participarão do leilão de energia nova, previsto para o dia 16 de dezembro. Entre outras reivindicações, os agentes pretendem reduzir as penalidades que podem ocorrer em função de fatos que atrasem a implementação das usinas. As questões envolvem exigências adicionais no campo ambiental, não negociadas previamente, após a concessão da licença prévia.

Tolmasquim alegou que o prazo para implantação das usinas, de cinco anos, é tempo suficiente para a resolução de quaisquer impasses. A questão foi tema de reuniões individuais que envolveram cinco agentes: Abrage (empresas geradoras), Apine (produtores independentes), Abiape (autoprodutores), Abradee (distribuidoras), Abraget (geradores termelétricos) e a Agência Nacional de Energia Elétrica, na última quarta-feira, 28.

Na visão do presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Cláudio Sales, a minuta do contrato não dispõe de mecanismos suficientes para garantir as condições mínimas de financiabilidade dos projetos, o que implica na redução da segurança necessária para o empreendedor. Ele elogiou a iniciativa da Eletrobrás de encaminhar sugestões à Aneel e ao Ministério de Minas e Energia propondo alterações na minuta.

"A gente espera que haja parceria entre empresas do grupo Eletrobrás e investidores privados nesse investimento. Ambos estão, portanto, no mesmo barco", observou. O presidente da estatal, Aloísio Vasconcelos, defendeu o ajuste das condições da contratação durante discurso de abertura do seminário "O Futuro do Setor de Energia no Brasil", que aconteceu na última quinta-feira, 29, no Rio de Janeiro.

Sales destacou que os atrasos na condução das obras precisam ser analisados com muito critério, pois o não cumprimento do cronograma resulta em perda de rentabilidade para os investidores. "Um mês de atraso, três ou seis meses, o que não é muito tempo, considerando o risco envolvido, praticamente tira uma parte ponderável da rentabilidade econômica e da atratividade do empreendimento", analisou **Sales**, que também participou do seminário.

A aplicação das penalidades nos moldes da minuta do contrato, acrescentou **Sales**, representa dupla punição para as empresas. O executivo salientou ainda que um ambiente de negócios com alto grau de risco pode significar a elevação dos custos ou na desistência em investir na geração, aumentando as chances de falta de energia.

Já o diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman, disse que a audiência pública sobre a minuta do contrato ainda está em andamento, mas que os agentes pediram as reuniões para ter a chance de apresentar diretamente seus respectivos pontos de vista. Kelman contou que a agência ainda não tem posição definida, pois está recebendo contribuições para aprimorar a minuta do contrato. A audiência pública estava prevista para encerrar na última quarta-feira, mas foi prorrogada para a próxima terça-feira, 4 de outubro.